

# ANÁLISE CRÍTICA DAS AÇÕES FEDERAIS PELA DEMOCRACIA E DIREITOS SOCIAIS

2º SEMINÁRIO PÚBLICO

18/07/2016

## AUSTERIDADE CONTRA A CIDADANIA O DESMONTE DO ESTADO SOCIAL

### PALESTRANTES

José Gomes Temporão

Sérgio Haddad

Sérgio Gobetti

### MEDIADOR

Eduardo Fagnani

Organização



PLATAFORMA  
POLÍTICA  
SOCIAL

LE MONDE  
*diplomatique* BRASIL

Parceiros







**ANÁLISE CRÍTICA DAS AÇÕES FEDERAIS**  
**PELA DEMOCRACIA E DIREITOS SOCIAIS**

AUSTERIDADE CONTRA A CIDADANIA  
**O DESMONTE DO ESTADO SOCIAL**

**PALESTRANTES**

José Gomes Temporão

Sérgio Haddad

Sérgio Gobetti

Registro editado da fala dos palestrantes

# APRESENTAÇÃO

**FAGNANI:** Boa noite a todos os presentes e aos que estão nos assistindo pela internet. Sou Eduardo Fagnani, economista, professor da Unicamp, coordenador da Plataforma de Política Social e um dos coordenadores desta série de seminários. Para este seminário sobre “O desmonte do Estado social”, temos a honra de receber o ex-ministro José Gomes Temporão, Sérgio Haddad e Sérgio Gobetti.

Esta atividade é uma iniciativa do *Le Monde Diplomatique Brasil* e da Plataforma de Política Social, com o apoio do Instituto Pólis e do Fórum 21.

Este é o segundo seminário que estamos promovendo para analisar criticamente as ações do governo interino. Nossa ideia é realizar um

seminário desse tipo a cada quinze dias. Por que faremos isso?

Em primeiro lugar, porque estamos assistindo a mais uma ruptura democrática. Em toda a nossa história, tivemos cinquenta anos de democracia interrompida em dois momentos – o ciclo mais recente, de menos de trinta anos, está sendo sepultado.

O atraso de nossa elite leva-nos à triste constatação de que a democracia parece ser um corpo estranho ao capitalismo brasileiro. Diante da incapacidade de conviver com o antagonico, a elite dissolve o Estado democrático e fortalece o Estado policial. Há diversos indícios nesse sentido: a criação de uma espécie de Sistema

Nacional de Informação, a designação de um general para cuidar da Funai, a transferência do Inbra para a Presidência da República, a ofensiva contra os meios de comunicação alternativos, a ditadura da informação imposta pelos grandes meios, a tentativa de abertura da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar as ações da UNE, do Inbra e da Funai são apenas alguns exemplos.

E aqui não posso deixar de explicitar uma nota de repúdio especificamente contra a decisão da CPI do Inbra e da Funai de quebrar o sigilo bancário e fiscal da Associação Brasileira de Antropologia e de seu atual presidente, Antônio Carlos Souza Lima, professor titular de Etnologia do Museu Nacional da UFRJ, assim como a quebra de sigilo bancário do Conselho Indigenista Missionário, órgão ligado à CNBB.

Em breve, a Plataforma de Política Social lançará uma nota pública de repúdio que será encaminhada aos ministros do STF. Todos esses são indícios de que retrocedemos ao início do século XX, quando a questão social era tratada como caso de polícia.

Também quero enfatizar o repúdio à decisão do BNDES de despejar e deixar de apoiar o Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento. Como todos sabem, trata-se de um centro de referência em estudos sobre o tema. Desnecessário dizer que Celso Furtado é o maior economista brasileiro e que o BNDES talvez não existisse se não fossem as ideias dele.

Temos enfatizado que a ruptura da ordem democrática é uma oportunidade para aprofundar, radicalizar, um projeto neoliberal e conservador no Brasil nos campos econômico, trabalhista, social e dos direitos humanos, um projeto que foi derrotado nas últimas quatro eleições. Agora, com o golpe, há uma oportunidade de que seja consumado.

Na reforma do Estado, a ideia é privatizar tudo o que for possível. No campo macroeconômico, a ideia é aprofundar as chamadas políticas

de austeridade, aprofundar a arquitetura financeira do chamado tripé macroeconômico, descredenciada até mesmo por órgãos como o FMI.

Nesse projeto, as políticas redistributivas não estarão mais ao alcance da sociedade. A agenda de reformas trabalhistas representa retrocesso de um século – retornaremos ao início do século XX, antes da CLT. A terceirização irrestrita, o fim da regra de reajuste do salário mínimo, a prevalência do negociado sobre o legislado são apenas a ponta do iceberg.

Recentemente, um industrial disse que uma hora de almoço é desnecessária, porque o trabalhador tem duas mãos e pode perfeitamente comer o sanduíche com uma mão e apertar o parafuso com a outra. Na semana passada, o presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI) propôs a elevação da jornada semanal de trabalho para oitenta horas. Isso é só aperitivo – quem quiser conhecer o cardápio completo leia o documento elaborado pela CNI intitulado “Agenda para o Brasil sair da crise 2016/2018”.

Nas políticas sociais, a agenda de reformas tem como propósito destruir o Estado social constituído a partir de 1988 e implantar o Estado mínimo liberal, com um discurso ideológico de que a questão fiscal somente se resolve com a dissolução da cidadania social. Para eles, as demandas sociais da democracia não cabem no orçamento. A reforma da Previdência, o fim das vinculações de recursos para a saúde e a educação, a PEC 241, que impõe um teto de despesas para a União durante vinte anos, mas também para os governos estaduais, tudo isso são sinais de que todas as pontes, todos os mecanismos fiscais, monetários, de políticas sociais, ciência e tecnologia, todas as pontes para o desenvolvimento, entendido como desenvolvimento econômico e social, estão sendo destruídas.

Está ficando cada vez mais claro que a cidadania social, assim como a democracia, é um corpo estranho ao capitalismo brasileiro.

## O DESMONTE DO ESTADO SOCIAL

Eu passo a palavra ao professor José Gomes Temporão, mas vou deixar uma provocação aqui no ar. Ministro, o senhor, que fez parte do movimento da reforma sanitária nos anos 1970, lutou contra o modelo privatista da saúde e ajudou a construir o ideário do Sistema Único de Saúde, como se sente hoje vendo o ministro da Saúde explicitar a implantação de políticas pobres para pobres? Isso nada mais é do que uma cópia da receita que organismos internacionais, como o Banco Mundial, receitavam no início da década de 1990.

Professor José Gomes Temporão é médico sanitaria, foi ministro da Saúde no segundo mandato do governo Lula, entre 2007 e 2011. Antes de assumir o ministério, foi secretário de Planejamento do Inamps, na Nova República, presidente do Instituto Nacional do Câncer, presidente do Instituto Vital Brasil, secretário Estadual de Saúde e secretário Municipal de Saúde do Rio de Janeiro. Atualmente, é diretor executivo do Instituto Sul-Americano de Governo em Saúde.

Temporão se formou em Medicina na UFRJ, especializou-se em doenças tropicais, fez mestrado em Saúde Pública na Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz e doutorado em Medicina Social no Instituto de Medicina Social da Uerj.

**TEMPORÃO:** Boa noite! Muito obrigado, Eduardo, por esse convite para estar aqui com vocês esta noite, em São Paulo.

Eu me sinto mal. Estava fazendo uma revisão das notas que preparei pensando exatamente nisso. Imagino que partilhemos uma visão aqui nesta sala de que vivemos um momento muito

doloroso e singular da vida brasileira. Confesso que ainda não consegui obter respostas para todas as minhas angústias e inquietações. É como se estivéssemos diante de um caso clínico de um paciente *sui generis* e, após muita anamnese, muita conversa, muitos exames e abordagens possíveis, ainda não tivéssemos um diagnóstico claro e preciso dessa patologia política e social que começou a se manifestar com mais intensidade a partir de 2013.

É óbvio que existem alguns fenômenos bem claros, dos quais eu destacaria a ruptura entre a política, em sua representação formal e institucional, e a dinâmica, uma dinâmica muito viva, colorida, da sociedade civil. E também a explicitação das agendas ultraconservadoras, na economia e no social.

Depois de 35 anos de saúde pública, eu pensava que não seria possível ver nada de realmente novo no campo do planejamento, da formulação de políticas e da organização de sistemas de atenção à saúde. Estava redondamente enganado. Sim, algo de novo surgiu, e é sobre essa novidade que vou fazer alguns comentários.

O primeiro é a agenda que existe hoje na Câmara dos Deputados, agenda liderada pela bancada do boi, da bala, da Bíblia e outros apoiadores que não se identificam. São hoje cerca de 55 projetos de lei que buscam destruir todos os direitos já alcançados e impedir a conquista de novos. Eles tratam do direito ao porte de armas, propõem restrições maiores à já precária e medieval legislação sobre o aborto, a redução da maioria penal, a revisão da Lei Maria da Penha, a mudança na regra da demarcação de terras indígenas, a revogação do projeto que

criminaliza a homofobia e do que autoriza o uso do nome social por transexuais, a aprovação do Projeto Escola sem Partido, proibindo conteúdos críticos formadores do cidadão, os quais consideram partidários, a obrigatoriedade de que toda empresa venha a prover seguro-saúde para seus funcionários, o que, na prática, é uma proposta de aniquilação do Sistema Único de Saúde, enfim, uma agenda da direita ou da extrema direita.

Outro exemplo é a Medida Provisória 739, que altera a legislação previdenciária para restringir o acesso aos benefícios por incapacidade, bem como para cessar os benefícios para aqueles segurados que já recebem benefícios de aposentadoria por invalidez ou auxílio-doença.

Há também o Projeto de Lei da Prematuridade, que libera a realização de cesáreas a pedido da mulher a partir da 37ª semana de gestação. O deputado Victório Galli, do PSC de Mato Grosso, apresentou esse projeto com a justificativa de defender a autonomia da mulher e seu direito de escolha. Logo quando o Conselho Federal de Medicina determinou que a cesárea só pode ser realizada a partir da 39ª semana. Essa pequena e sutil diferença de duas semanas tem um papel fundamental: é exatamente nessas duas últimas semanas que ocorre no bebê o desenvolvimento acelerado de todo o sistema neuronal, o sistema nervoso central, pulmões e fígado. Por isso, considera-se que o bebê está pronto para nascer a partir de 39 semanas de gestação; antes disso é prematuridade, que pode levar o bebê para a Unidade de Tratamento Intensivo e trazer sequelas ao seu pleno desenvolvimento.

Esse conjunto de medidas, de iniciativa do Congresso Nacional, expressa um novo fenômeno, que é um movimento forte de apropriação pelo Legislativo de responsabilidades claras do Executivo.

Segunda coisa importante: a Anvisa restringiu drasticamente a prescrição de drogas para emagrecimento que causam inúmeros efeitos colaterais extremamente graves, mas o Con-

gresso Nacional derrubou essa restrição e liberou a comercialização.

Outras leis incríveis, que vão ao detalhe de estabelecer prazos para que uma pessoa seja atendida ou para que inicie um tratamento com base em um diagnóstico, estão levantando suspeitas de que pressões do complexo industrial da saúde estejam por trás de muitos desses movimentos.

O governo afirma que os direitos sociais não cabem no orçamento, a saúde não cabe no orçamento, a educação não cabe no orçamento, a proteção social não cabe no orçamento. Então o que nós temos, na verdade, é uma disputa pela apropriação dos fundos públicos entre políticas e setores econômicos. E, mesmo dentro do orçamento da saúde, há conflitos entre setor público e setor privado, e, dentro do setor privado, entre setor filantrópico, hospitais privados e planos e seguros de saúde.

Quando se analisa a estrutura do gasto em saúde no Brasil, o que se tem? Cinquenta e dois por cento dos gastos totais são privados, desembolsados diretamente pelas famílias e pelas empresas em medicamentos e outros procedimentos; e 48% são gastos públicos. Isso já é um paradoxo num país que pretende construir um sistema universal de saúde. Na verdade, nós deveríamos estar mais ou menos como está a Inglaterra, onde 85% do gasto total em saúde é público.

O que temos de fazer no Brasil, como estratégia para fortalecer o sistema público e a saúde como um direito, é ampliar o gasto público, e não restringi-lo. E a proposta que está vindo é exatamente o contrário: a saúde não cabe no orçamento, vamos então restringir o orçamento destinado ao Sistema Único e vamos deixar que o mercado atenda à demanda.

Essa distorção que já existe vai ser agravada caso vingue essa proposta anunciada pelo ministro interino, de colocação no mercado de um plano simplificado. E há todo um conjunto de

outras políticas sociais da área da saúde que caminharíamos no mesmo sentido da precarização, da redução de direitos, da focalização, que é o que está por trás disso.

A ampliação da política de subsídios e renúncia fiscal é outra distorção que hoje soma cerca de R\$ 20 bilhões/ano. Essa renúncia fiscal é dada ao mercado por meio do abatimento, principalmente do Imposto de Renda de pessoa física, de pessoa jurídica e alguma outra coisa de Cofins e PIS, em medicamentos e também na forma de isenção para entidades filantrópicas que atuam na área da saúde. A cada ano, deixam de entrar no financiamento do setor público R\$ 20 bilhões, utilizados no fortalecimento do setor privado. E, diga-se de passagem, é um fenômeno que aconteceu fortemente durante os dois governos do PT.

O Brasil está fazendo uma transição demográfica na metade do tempo que a França fez, ou seja, vamos ter em 2030 mais brasileiros acima dos 65 anos do que entre 0 e 19. População mais velha, mais doença crônica, mais demanda por tecnologia médica, por cuidados, por atenção etc. A Inglaterra desenvolveu uma política adequada para cuidar dos idosos. O Brasil está atrasado em relação a essa questão, porque essa transição já está acontecendo.

A transição do padrão alimentar é um fenômeno urbano que tem a ver com as indústrias de alimentos processados, fast-food, refrigerante, falta de atividade física, tudo vetor fundamental de quê? De hipertensão arterial e diabetes tipo 2, que estão por trás de doença cardiovascular, cérebro vascular e uma série de outros fenômenos.

A saúde é um dos elementos, mas não o único, porque a educação tem impacto, habitação tem impacto, política de salário tem impacto, transporte urbano tem impacto, enfim, todas essas políticas impactam a saúde.

Uma questão que está por trás de todo esse pensamento conservador é ver a saúde como um gasto, o que é um grave equívoco. A saúde

hoje, em todo o mundo, tem de ser vista em sua dualidade: ela é política social fundamental para o desenvolvimento e para o bem-estar e, ao mesmo tempo, uma das políticas econômicas mais importantes do ponto de vista de criar riqueza, conhecimento, inovação e desenvolvimento.

Em 1980, ou seja, antes da Constituição de 1988, 228 mil crianças e adolescentes perderam a vida por doenças e por problemas de acesso à atenção, ao cuidado. Em 2013, foram 53 mil – uma queda de 76% em três décadas. É evidente que o SUS teve um papel central nesse processo, ao lado de outras políticas públicas.

É necessária essa visão ampla da saúde, vinculada ao processo de desenvolvimento humano do país. Em 2015, tivemos 10.520 crianças e adolescentes assassinados no Brasil, 28 por dia. Para enfrentar um fenômeno como esse, vai ser necessário construir políticas públicas ousadas, inovadoras, e conceber um modelo de desenvolvimento que tenha o desenvolvimento humano no centro do processo,

Para Celso Furtado, o conceito de desenvolvimento econômico é um processo de mudança social pelo qual um crescente número de necessidades humanas, preexistentes ou criadas pela própria mudança, são satisfeitas por meio de uma diferenciação no sistema produtivo gerado pela introdução de inovações tecnológicas. Nesse conceito de desenvolvimento econômico, a saúde se insere como uma ferramenta, um instrumento, uma política fundamental.

Na contramão de toda essa visão, o ministro interino da Saúde propõe a criação de planos de saúde baratinhos como mecanismo para desafogar o SUS. E ele ainda afirmou que o Brasil vive uma epidemia gravíssima de quadros psicossomáticos ao afirmar que a maioria dos pacientes que procura a rede pública na verdade fantasia que está doente.

Já o plano de saúde do Senado é vitalício, banca despesa de senadores, ex-senadores, dependentes, filhos, enteados, cônjuges. Para



usufruir o plano de saúde do Senado, não é necessário fazer nenhuma contribuição, basta ter exercido o cargo por 180 dias. Após a morte do titular, o cônjuge continua usando a carteirinha.

É exatamente o sistema de castas, para o homem comum, para o cidadão comum, para o homem e a mulher que constroem o Brasil cotidianamente, um planinho bem simplificado e um SUS bem desestruturado e bem precário. Agora, para os outros...

É muito comum o uso de termos médicos na economia. Quando aqueles economistas formados em Yale, naquelas escolas americanas, falam em cortar na própria carne, na verdade só vejo cortar na carne alheia. Outra comparação muito usada é que a economia é um paciente em estado terminal, na UTI, que exige remédio amargo, o que nos remete aos barbeiros da Idade Média, pois remédio amargo era sangria naquela época. Uma espécie de sangria atualizada é o ajuste econômico. Provisório, mas necessário, imprescindível, porque vai nos levar para um momento melhor, para um patamar diferenciado – uma espécie de purificação ou um purgante mágico.

Quando você traduz essas medidas para a vida real das pessoas, o desemprego, a fome, a queda da renda das famílias, a redução dos serviços essenciais, como é que isso impacta um hospital público? O que significa para aquela pessoa que precisa de um medicamento, de um procedimento? O que significa em termos de dor, sofrimento, doença e morte? Isso não é preocupação desses arautos do caos que aí estão para sustentar essa política antidesenvolvimento, antipaís, antipovo.

Roland Barthes, preocupado em analisar os mitos em circulação na sociedade contemporânea, as representações falsas, as crenças errôneas, diz que o mito é constituído pela eliminação da qualidade histórica das coisas. Nele as coisas perdem a lembrança de sua produção. A função do mito é evacuar o real. O mito é uma fala despolitizada. Ele não nega as coisas; sua

função é falar das coisas, mas purificando-as, inocentando-as, fundamentando-as em natureza e eternidade. Ao suprimir toda e qualquer dialética, o mito organiza um mundo sem contradições, sem profundidade.

Há um aspecto positivo em tudo isso: o fim da dissimulação. O Brasil talvez seja um dos últimos países do mundo onde há um consenso, como diria Nelson Rodrigues, uma unanimidade obtusa: todos amam de paixão o SUS. Nunca vi nenhum político ir para a tribuna falar mal do Sistema Único de Saúde. Todos o amam, o apoiam, o suportam, mas em sua prática legislativa o torpedeiam, o esvaziam, inviabilizam que ele cumpra de fato sua função. E pela primeira vez nós temos um ministro que fala de modo claro que quem vai ditar a política de saúde é o mercado.

No entanto, eu confio na força da sociedade e nas contradições que existem na própria bancada da saúde. São cerca de duzentos parlamentares, e há de tudo ali: dono de hospital filantrópico, gente ligada a plano privado, hospital privado, sanitarista, é uma confusão, todos brigando por um naco, por uma parte do orçamento da saúde.

A existência do Conselho Nacional de Saúde, com a representação da sociedade, que está muito atuante, nos ajuda. Ele acabou de aprovar o novo Plano Nacional de Saúde.

O Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde, o Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Saúde e o que eu chamo do exército que ninguém vê, mas está aí, que são os muitos milhares de trabalhadores do SUS que sustentam seus princípios e foram formados em cursos de especialização, de pós-graduação, residência, mestrado e doutorado, ao longo das últimas três décadas, também estão mobilizados. Não devemos menosprezar essa força, e eu tenho certeza de que ela vai aparecer na defesa dessa política tão importante para o Brasil e para a sociedade brasileira. Eram esses meus comentários. Muito obrigado.

**FAGNANI:** Muito obrigado, Temporão. Vamos agora apresentar nosso próximo palestrante. Agradecemos muito a presença do professor Sérgio Haddad, que é doutor em História e Sociologia da Educação pela US, graduado em Economia e Pedagogia. Foi professor visitante do Centro de Estudos Brasileiros da Universidade de Oxford, na Inglaterra. Atualmente é pesquisador e coordenador da Área Internacional e de Formação da ONG Ação Educativa, professor do Centro de Ciências Humanas e Educação da Universidade de Caxias do Sul, membro do Comitê Científico da Cátedra Unesco de Investigação Aplicada em Educação em Contexto Prisional, em Quebec, Canadá. Foi professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da PUC-SP. Como ativista social, participa do Conselho Político da Anistia Internacional Brasil. Foi diretor presidente do Fundo Brasil de Direitos Humanos, presidente da Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (Abong) e relator nacional para a educação como direito humano da Plataforma Nacional de Direitos Humanos. É autor de vários livros e artigos sobre políticas públicas, educação, sociedade civil e desenvolvimento.

Sérgio Haddad, a educação não cabe no orçamento?

Você trabalhou com Paulo Freire, fez parte dos movimentos sociais dos anos 1980 que construíram a educação na nova Constituição e de várias iniciativas posteriores que fizeram que a educação, apesar de ainda precária, avançasse bastante. Eu lhe faço a mesma pergunta que fiz para Temporão: como você se sente, depois de tanta dedicação e militância, ao ver a privatização da educação avançando, o fim do piso salarial para os professores, o plano decenal de educação não ser cumprido e um negócio chamado Escola sem Partido? O que significa isso? O capitalismo brasileiro não consegue sair da Idade Média? Vamos voltar para a Inquisição? Como você vê isso tudo?

**HADDAD:** Muito boa noite. Quero agradecer o convite para estar discutindo as ameaças que estamos vivenciando nestes últimos meses e tentar ver o que vem pela frente, não só no sentido de uma resistência passiva, mas de uma resistência ativa que aponte caminhos e tente manter o otimismo diante desse momento pesado que estamos vivendo.

No caso da educação, minha sensação é que estamos voltando para trás. A nova aliança no Ministério da Educação repõe aquela que vivemos no período PSDB/PFL. Temos uma aliança de uma pessoa do DEM, do antigo PFL, Mendonça Filho, com Maria Helena Guimarães, que é do PSDB, num ministério que é estratégico.

O PSDB tem um projeto político para a educação desenvolvido já há certo tempo, o qual ele experimentou no plano federal e vem experimentando em vários estados e em alguns municípios. Esse plano faz oposição ao que vem sendo praticado nos últimos governos Lula e Dilma, quer dizer, a ideia da universalização e de um projeto sistêmico para a educação, entendido como o atendimento universal e gratuito para todos e em todos os níveis da educação.

A lógica sistêmica é que cada nível de educação está diretamente integrado a outro. Não dá para priorizar determinado nível porque você vai precisar do outro nível; você não pode priorizar o ensino fundamental porque precisa de professores para trabalhar no nível fundamental e, portanto, depende da universidade para isso.

Todos nós sabemos que a educação infantil é fundamental para o bom desempenho do ensino fundamental, assim como a educação de adultos e a educação dos pais é um importantíssimo fator para o desempenho e o desenvolvimento dos alunos que estão nos cursos regulares. Então essa ideia do sistêmico, do universal, ao que parece, vai ser abandonada e vai voltar a ideia de focalização em determinado nível de ensino em detrimento de outros, que provavelmente terão como destino a iniciativa privada.

Essa lógica que predominou nos governos FHC deve ser retomada nos tempos de restrição orçamentária, diferentemente de acabar com o ensino público, que é uma coisa impossível, já que 80% da população é atendida por ele, tanto no ensino fundamental quanto no médio. No ensino superior, essa relação se inverte: a iniciativa privada tem o predomínio, mas nos últimos anos o crescimento do ensino superior público foi muito grande. Havia uma intencionalidade de ampliação em todos os níveis de ensino. De 0 a 3 anos, em creches, houve um crescimento menor; mas o ensino fundamental foi praticamente universalizado entre os 7 e os 14 anos ou os 6 e os 14 anos hoje. Nós vamos viver um tempo de focalização e já estamos começando a perceber isso com os debates que estão se colocando na mídia e de maneira geral entre os articulistas.

Num artigo da *Folha de S.Paulo*, Alexandre Schneider, ex-secretário Municipal de Educação de São Paulo, atualmente no PSD, que foi do PSDB, disse que chegou o momento de discutir com a sociedade brasileira a cobrança de mensalidade nas universidades públicas. Seu argumento é que o país gasta hoje cerca de R\$ 22 mil por aluno no ensino superior público, enquanto o básico recebe R\$ 5,5 mil por aluno/ano.

Além de não ser possível comparar educação fundamental com a média do ensino superior, no qual o investimento é sempre mais alto em qualquer país do mundo, e apesar de o Brasil gastar 6,2% do PIB em educação, o que está na média dos países da OCDE, a verdade é aqui se gasta por aluno muito menos do que se gasta na média dos países da OCDE.

O investimento em educação é central para afirmar o direito à educação na perspectiva universal, então esse é o primeiro ponto.

O segundo ponto: todos nós sabemos que as limitações para a aquisição da escolaridade básica e superior no país têm a ver com as desigualdades sociais, e essa ideia da defesa da diversidade e do combate à desigualdade apa-

rentemente vai sumir do mapa, elementos que foram tão caros nos governos Lula e Dilma.

A fotografia inicial do ministério do governo Temer não é um engano, faz parte de seu DNA. A diversidade vai sumir do mapa, junto com a questão racial, a questão de gênero, a questão dos direitos humanos.

A Secadi (Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão), que cuida do tema da diversidade, foi a primeira a ter praticamente todos os seus membros afastados dentro do Ministério da Educação. A ideia de uma educação contínua, uma educação ao longo da vida, vai ser reduzida à ideia de uma educação escolar, exclusivamente escolar.

Pensar educação do ponto de vista daquilo que vai além da escola, que diz respeito à formação para a cidadania, à formação para atender a ideia de diversidade – portanto, uma educação relativa às relações de gênero, às relações raciais, pensada do ponto de vista dos direitos humanos –, tudo isso vai sumir do mapa, numa clara violação de direitos.

Por que é uma violação de direitos? Porque o direito a essa educação para a diversidade está gravado não só na Constituição Federal e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, como também na Lei Maria da Penha, nas diretrizes curriculares da educação básica elaboradas pelo Conselho Nacional de Educação, nomeadamente as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, de 2004, as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, de 2012, as Diretrizes Nacionais do Ensino Médio, de 2012, e as Diretrizes Nacionais Curriculares para Formação Continuada dos Professores da Educação Básica.

A tendência é que essa educação vinculada à discussão das relações raciais, das relações de gênero, dos direitos humanos, da questão indígena, quilombola etc. deixe de existir.

Junto a isso, temos a Escola sem Partido, que na verdade nasceu antes, em 2004, por um procurador da Justiça de São Paulo, Miguel Nagib, que fundou o Movimento Escola sem Partido mirando um movimento nos Estados Unidos chamado No Discrimination, movido por uma idêntica preocupação.

Qual é a ideia da Escola sem Partido? É atacar o que chamam de uma presença ideológica por parte dos professores. Estão preocupados com certa contaminação político-ideológica das escolas brasileiras e em todos os níveis, no ensino básico ou superior. Segundo esse movimento, com o pretexto de transmitir aos alunos uma visão crítica da realidade, um exército organizado de militantes travestidos de professores aproveita-se da liberdade e da cortina de segredos da sala de aula para imprimir-lhes sua própria visão de mundo. O movimento ganhou força em 2014, quando o deputado estadual do Rio de Janeiro Flávio Bolsonaro, filho de quem já conhecemos, procurou Nagib para lhe pedir que escrevesse um projeto de lei baseado em suas ideias. Assim nasceu o PL 2.974/2014, apresentado na Assembleia Legislativa do Estado do Rio. Rapidamente, o irmão mais novo da família Bolsonaro, Carlos, vereador do Rio de Janeiro, propôs o PL 867/2014, com o conteúdo praticamente igual ao apresentado pelo irmão na Assembleia. Miguel Nagib disponibilizou no site do programa os dois projetos, o estadual e o municipal, para que deputados e vereadores pudessem copiar o conteúdo e apresentar em suas respectivas casas legislativas. Desde então, o projeto foi aprovado em Alagoas, Campo Grande, Santa Cruz do Monte Castelo, Picuí. O projeto de lei tramita ou tramitou em pelo menos dez Assembleias Legislativas e nove Câmara de Vereadores de capitais do país. Nacionalmente também temos um PL, do PSDB, que tramita na Câmara, paralelamente a outros quatro PLs que defendem ideias muito próximas à Escola sem Partido. Neste momento há uma enquete

sobre a Escola sem Partido feita pelo Senado Federal em relação ao PL do senador Magno Malta, que é pastor e cantor, do Partido da República, propondo incluir na Lei de Diretrizes e Bases o Programa Escola sem Partido.

A coisa é tão grave que, para vocês terem uma ideia, o PL, em seu artigo 2º, diz o seguinte: “A educação nacional atenderá aos seguintes princípios: I – neutralidade política, ideológica e religiosa do Estado”. Em seu artigo 5º, quando trata do exercício das funções de professor, o PL diz que este “I – não se aproveitará da audiência cativa dos alunos, para promover os seus próprios interesses, opiniões, concepções ou preferências ideológicas, religiosas, morais, políticas e partidárias”. O PL também proíbe o professor de atuar de várias formas: “II – não favorecerá nem prejudicará ou constrangerá os alunos em razão de suas convicções políticas, ideológicas, morais ou religiosas, ou da falta delas; III – não fará propaganda político-partidária em sala de aula nem incitará seus alunos a participar de manifestações, atos públicos e passeatas [Paulo Freire deve estar virando no túmulo!]; IV – ao tratar das questões políticas, socioculturais e econômicas, apresentará aos alunos, de forma justa, as principais versões, teorias, opiniões e perspectivas concorrentes a respeito; V – respeitará o direito dos pais de alunos a que seus filhos recebam a educação religiosa e moral que esteja de acordo com as suas próprias convicções; VI – não permitirá que os direitos assegurados nos itens anteriores sejam violados pela ação de estudantes ou terceiros, dentro da sala de aula”.

A ditadura volta na cabeça da gente. Artigo 8º: “O ministério e as secretarias de educação contarão com um canal de comunicação destinado ao recebimento de reclamações relacionadas ao descumprimento desta Lei, assegurado o anonimato”. Ou seja, estamos instituindo a delação, não a premiada, mas uma das mais terríveis que existem. Parágrafo único: “As reclamações referidas no caput deste artigo deverão ser en-

caminhadas ao órgão do Ministério Público incumbido da defesa dos interesses da criança e do adolescente, sob pena de responsabilidade”. Artigo 9º: “O disposto nesta Lei aplica-se, no que couber: I – às políticas e planos educacionais e aos conteúdos curriculares; II – aos materiais didáticos e paradidáticos; III – às avaliações para o ingresso no ensino superior; IV – às provas de concurso para ingresso na carreira docente; V – às instituições de ensino superior, respeitado o disposto no art. 207 da Constituição Federal”.

Estamos, portanto, diante não só de uma reforma do ensino, mas de uma ameaça terrível à liberdade de expressão e, muito mais do que isso, à ideia de ciência, à ideia de você construir conhecimento, rever conhecimento em sala de aula.

Na participação dos alunos na sala de aula há toda uma ideia de questionamento sobre os conteúdos que são ensinados; há toda uma ideia de participação por parte de alunos e professores num processo de ensino e aprendizagem. Impedir isso é um retrocesso absoluto.

O mais triste dessa história é que há certamente uma ação deliberada para que as pessoas apoiem um projeto como esse a partir de certos setores da sociedade. Essa é de fato uma ameaça muito grande, e acho que todos nós estamos acompanhando muito de perto a Escola sem Partido.

Outro aspecto diz respeito à privatização, à qual a focalização vai levar. A análise dos efeitos da PEC 241 sobre o ensino – que afeta os recursos para a manutenção e o desenvolvimento deste e muito provavelmente afeta diretamente a vinculação orçamentária, assim como, imagino, correrá também na saúde – nos leva a concluir que ela resultará num movimento de privatização não só por essa focalização, mas também pela escolha da maioria dos conselheiros indicados por Temer, que estão ligados ao setor privado.

É importante lembrar que, dos onze nomes indicados pelo Conselho Nacional de Educação da presidenta Dilma ao presidente interino, ele

reconsiderou apenas quatro, vetando os demais. E, dos seis nomes indicados pelo presidente interino, quatro estão ligados à iniciativa privada. O que estamos vendo é uma recomposição do conselho, que tem para si a responsabilidade de votar o currículo e todas as políticas relativas à educação. Há uma crescente presença dos interesses privados nas estruturas que definem as políticas relativas à área.

O processo de privatização não só se dá em relação à propriedade das escolas, basicamente no ensino superior, mas também por meio de um movimento extremamente importante no plano municipal, com a venda de sistemas apostilados pelas editoras às Secretarias Municipais de Educação.

Essas empresas vendem o material apostilado para as secretarias junto com toda uma assessoria, com aulas para os professores e toda uma mobilização que visa esvaziar o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), que é importantíssimo, talvez um dos mais importantes do mundo. O PNLD é um processo do governo federal de seleção e compra de material didático a ser distribuído gratuitamente para todas as escolas públicas do plano nacional e que vem sendo gradativamente substituído pelas apostilas.

Essas apostilas penetram na escola pública mais ou menos na mesma lógica de esvaziamento do papel do professor, que se torna meramente um aplicador desse conteúdo. A lógica é criar um sistema mais eficiente de trabalho, não só esvaziando o papel dos professores, mas passando essa ideia de verdade por meio dessas apostilas.

Note-se a similaridade dessa lógica economicista, de que você tem um conteúdo de verdade que tem de passar para seus alunos, com a ideia da Escola sem Partido, esvaziando o papel do professor e fundamentalmente entendendo o aluno como um mero receptor de conteúdos, que deve devolver o conhecimento nessas provas feitas pelo próprio sistema que entrega as apostilas.

Estamos diante de um processo de focalização sobre determinado nível de ensino e de privatização dos demais, de aceleração de uma lógica de condenação e de vigilância sobre o papel do professor, do ponto de vista ideológico, com o controle da ação desse docente em sala de aula.

Essa aliança entre os setores fundamentalistas que estão no poder e os setores privatistas busca construir uma conformação do sistema público educacional que realmente preocupa muito os educadores brasileiros.

**FAGNANI:** Obrigado, Sérgio Haddad. Vou passar agora a palavra a Sérgio Gobetti, que é jornalista, economista e engenheiro, com doutorado pela UnB. Atualmente é pesquisador do Ipea e foi secretário adjunto de Política Econômica entre 2011 e 2013.

Sérgio, você tem dado contribuições muito importantes à questão da reforma tributária. Uma dessas contribuições é a ideia da jabuticaba brasileira, isto é, de que o Brasil é um dos únicos dois ou três países do mundo onde os dividendos não são taxados. Só a taxação dos dividendos, segundo estudo de vocês, daria uma receita de algo em torno de R\$ 50 bilhões a 60 bilhões. Isso sem falar na reforma tributária integral. Lembremos que o pagamento dos juros da dívida pública monta a 9% do PIB, mais ou menos R\$ 500 bilhões. O governo federal deixa de arrecadar todo ano R\$ 280 bilhões por conta de isenções fiscais. A dívida ativa da União é de R\$ 1,5 trilhão, e cerca de 40% desse montante são dívidas de quatrocentas empresas. Na questão dos juros, estes são negativos no mundo todo, mas aqui temos uma dívida de 66% do PIB e pagamos 9% de juros, enquanto a Grécia, que tem uma dívida três vezes maior e está literalmente quebrada, paga 4% de juros.

Por que os direitos sociais não cabem no orçamento? O que acontece? É uma questão técnica ou essa decisão reflete na verdade a luta de classe na apropriação do orçamento?

**GOBETTI:** Obrigado, Eduardo. Boa noite a todos. Quero começar a dizer que existe uma crise fiscal, existem problemas muito sérios que estão colocados e que de fato exigem, digamos, soluções técnicas. O que fazer para enfrentar esse problema?

Existe uma equação muito complicada para se resolver no que se refere à questão da Previdência, tendo em vista o envelhecimento da população. Hoje, cerca de 12% da população brasileira tem 60 anos ou mais; em 2040, serão 25%; em 2060, 33%. Isso coloca um desafio gigantesco e remete um pouco à questão de como fazer isso caber dentro do orçamento, que medidas podemos tomar para que isso caiba.

Quando discutimos a questão orçamentária e fiscal e as soluções dos economistas, não tem como abstrair a conjuntura em que vivemos, não tem como abstrair a política, não tem como abstrair que no fundo existe um conflito distributivo latente e muito forte em torno das possíveis soluções econômicas.

Não existe uma única solução econômica, e sim alternativas. E, na conjuntura em que vivemos, infelizmente, as alternativas mais conservadoras são as que acabam se sobrepondo na opinião pública, no imaginário popular. Em parte, nós da esquerda somos responsáveis por isso. Na verdade, não seria a esquerda; eu me refiro principalmente aos doze anos de governo do PT.

Em 2003, o governo Lula se iniciou com uma proposta de promover um ajuste fiscal, e com um discurso muito semelhante. Aliás, essa experiência de 2003 é o que está no cerne da tentativa de repetir esse resultado agora em 2015. Por que isso? Porque se diz que 2003 foi um ajuste fiscal bem-sucedido pelo fato de o governo Lula ter elevado o superávit primário, o que serviu para cimentar de novo a confiança dos investidores e a economia voltar a crescer. Esse argumento abstrai toda a conjuntura internacional e as outras coisas colaterais que existiram e pro-

piciaram a saída daquela situação de crise, com forte crescimento logo nos primeiros anos.

Em um dos primeiros discursos para justificar o ajuste fiscal, numa cerimônia no Palácio do Planalto, Lula disse exatamente o quê? Que o governo é como uma família e não pode gastar mais do que ganha. O que é isso senão a ideia de que o gasto social não cabe no orçamento, ou seja, de que existe um limite preestabelecido para a questão dos gastos?

É uma completa falácia a comparação entre o orçamento familiar e o orçamento do governo, entre a economia doméstica e a economia capitalista como a vivemos. Há um texto que eu e o Rodrigo fizemos, para a Plataforma de Política Social, no qual começamos justamente fazendo a crítica a essa afirmação de Lula e lembrando uma frase de um economista polonês chamado Michal Kalecki: “Os trabalhadores gastam o que ganham, e os capitalistas ganham o que gastam”.

A economia capitalista, diferentemente da economia doméstica, tem essa capacidade de, por meio do gasto, impulsionar a economia, gerar mais lucros, mais receitas e, com isso, enfim, ir para a frente.

Nós passamos doze anos em que o líder máximo da esquerda brasileira, de certa maneira, reforçava esse tipo de ideologia ao se expressar para o grande público. Evidentemente não sabendo nada do que estava falando, porque ele tem muita experiência política, mas pouco entende de economia. Isso se refletiu em vários momentos de governo, ou por coisas ditas, ou por coisas não feitas e oportunidades perdidas.

Sobre a tributação dos dividendos, o Brasil é um dos poucos países do mundo que não os tributa na transferência para a pessoa física, ou seja, os acionistas que recebem a transferência de lucros de suas empresas estão isentos de imposto de renda. Isso não ocorre em nenhuma grande economia capitalista do mundo.

Esse exemplo foi importado de um pequeno país chamado Estônia, que adotou uma

agenda ultraliberal no momento em que rompeu com o império soviético. Há experiências semelhantes na Letônia, na República Eslováquia, essa parte toda do Leste Europeu que saiu do domínio soviético adotando de maneira muito forte, ferrenha, essa agenda liberal.

Nós esquentamos esse debate porque mostramos que, em decorrência dessa isenção de dividendos, o Brasil tem um dos mais altos graus de concentração de renda no que chamamos do topo da distribuição de renda no país. No Brasil, os 10% mais ricos concentram 50% da riqueza. O 1% mais rico concentra de 23% a 24% da renda nacional.

Quando falamos dos 10% mais ricos, estes não são efetivamente ricos; talvez a maioria dos que estão aqui assistindo a este seminário esteja entre os 10% mais ricos do país. Muitos podem também estar no 1% mais rico, tão pobre é nosso país.

O topo da distribuição da renda é o meio milésimo, ou seja, o 0,005% mais rico. É um grupo de 70 mil brasileiros, segundo os últimos dados de declaração de imposto de renda disponíveis, referentes ao ano de 2013. Esses 70 mil brasileiros receberam, em média, R\$ 4 milhões naquele ano cada um e pagaram de imposto de renda sobre esse valor apenas 6%.

Todos sabemos que, no imposto de renda de pessoa física, a alíquota máxima é de 27,5%, mas a média de tributação do imposto de renda, porque as pessoas ganham muito pouco, é efetivamente muito baixa. Se começarmos a ver a curva de crescimento das rendas e a média de tributação, essa média chega a seu máximo para as pessoas que recebem em torno de R\$ 200 mil, R\$ 300 mil por ano, ou seja, a alta classe média assalariada, que chega a pagar 12%, 13% do que ganha.

A alta classe média a que estou me referindo vive basicamente de salários, e salários são tributados em até 27,5% pelo imposto de renda das pessoas físicas, enquanto os muito ricos

podem até receber alguma parte do salário de suas empresas, mas vivem de rendimentos de aplicações financeiras ou dos dividendos, que pagam 0%.

É algo escandaloso. Por meio desses dados conseguimos ver, por exemplo, esses 70 mil que ganham em média R\$ 4 milhões por ano e concentram 8,5% da renda nacional.

Dez por cento concentram 50% da renda; 1% concentra quase 25% da renda; e o meio milésimo concentra 8,5% da renda. Não existe paralelo no mundo para essa concentração de renda.

Essa discussão sobre a tributação de dividendos existe há muito tempo, e passamos doze anos de governo sendo incapazes não apenas de enfrentá-la, mas de nem sequer colocá-la no debate.

No ano passado, quando surgiu esse trabalho, ele teve repercussão no jornal *Valor Econômico* e disparou uma discussão. Evidentemente, quem não sabia ficou sabendo e ficou alerta sobre essa questão. O então ministro, muito próximo da presidenta, do PT, rotulou o trabalho de ultrasquerdismo. Outros ministros da área econômica também tiveram acesso à proposta e acharam que não era o momento, que não dava porque o mercado não tinha como aceitar etc.

A coisa mais interessante, que era muito comum e se ouvia no Ministério da Fazenda, no gabinete do ministro, durante esses últimos anos, é que não se podia fazer A, B ou C porque não pegaria bem no mercado financeiro. Havia quase que uma obsessão de não contrariar o mercado. É muito interessante essa obsessão de não fazer nada que contrarie o mercado, e deu no que deu.

De acordo com a ótica de não fazer o que não agrada ao mercado, a tática adotada pelo Tesouro Nacional ficou conhecida como contabilidade criativa, ou seja, enganar o mercado maquiando as estatísticas etc. E havia uma série de alternativas muito mais transparentes e modernas em termos de política fiscal, reformas e medidas que poderiam ter sido adotadas por-

que não têm absolutamente nada de ser de esquerda, ou radical, nem nada.

Por exemplo, uma das coisas básicas em termos de discussão de economia é que o superávit primário não pode ter uma meta rígida, intransponível, faça sol ou faça chuva. É preciso haver o que chamamos de economia de metas ajustadas ao ciclo econômico. É a ideia de que a meta fiscal pode flutuar, e você adota metodologias para fazer isso. As economias mais modernas do mundo fazem isso, e nós, não. Havia toda a disposição de implementar isso dentro do Ministério da Fazenda e, no entanto, essa iniciativa foi boicotada fundamentalmente pelo Tesouro Nacional.

A equipe que funcionava dentro do Tesouro Nacional, seus principais dirigentes, não era de esquerda, e sim formada por burocratas do aparelho. Então era engraçado: era uma aliança pragmática entre o que eu chamo de um pseudoesquerdismo do chefe com um ultraconservadorismo do pensamento econômico de seus principais auxiliares.

Havia inúmeras possibilidades de fazer coisas legais, inovadoras, que surtiriam, por incrível que pareça, um efeito positivo no mercado. O mercado gostaria de ver uma coisa que teria um impacto positivo e, no entanto, isso nunca foi feito.

A partir de determinado momento, em 2012, vendo que a indústria nacional estava numa situação muito precária, principalmente aquela indústria que sofria mais concorrência de produtos chineses, o governo decidiu fazer a desoneração da folha de pagamento, uma redução de imposto para as empresas. Em média, reduziu pela metade o pagamento de contribuição previdenciária das empresas. Isso se iniciou como política para as indústrias, o que tinha até certo sentido, embora essa mesma indústria não tenha respondido da maneira como se imaginava. Isso custou R\$ 25 bilhões por ano para o governo.



A desoneração começou pela indústria e, por responsabilidade interna do governo, foi estendida para os hotéis e o turismo por conta da Copa do Mundo. Assim, desonerou-se a folha de hotéis, bares e restaurantes. E a desoneração continuou para o comércio varejista de construção civil e – a cereja do bolo – os meios de comunicação. A Associação Brasileira de Rádio e Televisão (ABRT), os representantes da Globo, os grandes jornais pediram a desoneração da folha e levaram. Isso fortaleceu no imaginário popular a ideia de um governo irresponsável fiscalmente, gastador etc.

Nós hoje temos uma crise fiscal muito forte, caracterizada pelo quê? Até poucos anos atrás, o governo apresentava o chamado superávit primário, 2%, 3% do PIB. Traduzindo para quem não entende, o superávit primário é o somatório das receitas, menos todas as despesas que o governo tem, exceto os juros.

O governo brasileiro nunca teve superávit se colocamos a conta de juros incluída. No ano passado, tivemos uma conta de juros que ficou entre 8% e 9% do PIB. Historicamente, essa conta de juros é mais ou menos 5% do PIB, e tínhamos um superávit de 3% do PIB. Isso significa que, mesmo quando o superávit chegou ao auge de 3% do PIB, essa conta de superávit não tapou a conta dos juros, cobrindo apenas uma parte desta.

O que temos no período recente, de 2015? De uma situação em que tínhamos superávit de 3% do PIB e juros da ordem de 5% do PIB, passamos para uma situação em que temos um déficit de 1%, 2% do PIB e juros de 8% do PIB. É uma mudança muito drástica e dramática. Antes, economizávamos 3%, o que pagava os juros, e ficava faltando 2%. Tínhamos um déficit global de 2% do PIB. Agora já começamos com um déficit primário de 1%, 2% do PIB. Incluindo aí a conta de juros, ficamos com um déficit final superior a 10% do PIB, o que evidentemente não vai dar certo, é muito forte. Então, como isso foi

muito rápido e muito acentuado, criou essa imagem de que o governo gastou demais.

Eu e o Rodrigo fizemos uma análise dos gastos do governo federal desde 1999. Se for necessário, podemos regredir mais, pois existem dados até 1997. Esses dados são públicos, qualquer um pode ver e analisar, mas a contabilidade criativa que foi feita pelo Tesouro deixou nossas estatísticas fiscais muito “bichadas”.

Há também uma confusão muito grande na hora de depurar o que é gasto, o que é receita. A desoneração da folha, por exemplo, é lançada no resultado primário como gasto. Ele é gasto do Tesouro e receita da Previdência Social. Por que se fez isso? Porque, evidentemente, isso ampliaria o déficit da Previdência. Qualquer um que analisar a estatística de crescimento do gasto vai ver que há R\$ 25 bilhões a mais. Parece que é gasto, mas na verdade é desoneração, renúncia de tributo. Pegamos a série toda dos gastos e vimos ano a ano, corrigimos pela inflação e vimos ano a ano quanto ele crescia. E o que descobrimos?

Em primeiro lugar, a taxa média de crescimento desse gasto é historicamente elevada: 4% acima da inflação há dezesseis anos. Essa média não foi mais alta no governo Dilma do que foi nos governos anteriores. No governo de FHC, o PIB cresceu em média 3% nesse período e a despesa cresceu 4,5% ao ano. A média do governo Dilma foi 3,8%. As médias do governo Lula foram em torno de 5%, e as de Fernando Henrique, dependendo se vamos para 1997 ou 1999, oscilavam entre 3,9% e 4,7% ao ano.

O que explica essa mudança tão drástica? Várias coisas. Não tem como, por muito tempo, sustentar uma situação em que o gasto cresça mais do que o PIB. Mas é possível fazer coisas para que os gastos caibam no orçamento. Por exemplo, está faltando tanto, observam-se medidas tributárias e aumenta essa conta, mais receita, mais isso e aquilo outro. O problema não é só do tamanho, a questão é da dinâmica e entender que essa dinâmica é transitória.

Tivemos esse período importante de consolidação dessas políticas sociais, o que implicou ter um gasto maior. A questão é o que se faz em relação a isso daqui para a frente.

Não houve um aumento do gasto público no governo Dilma. Contudo, houve uma mudança muito forte na composição desse gasto: não quanto se gastou, mas como se gastou. O investimento público ficou absolutamente estagnado durante o último governo; foi crescimento zero de investimento público.

O investimento foi zero, e o subsídio foi 22% acima da inflação por ano se colocarmos nessa conta as desonerações, que eu não estou tratando aqui como gasto, mas como redução de imposto.

Em 2010, o investimento tinha chegado ao ápice, mas em 2011, com o escândalo do Ministério dos Transportes, passou a haver muita dificuldade operacional para realizar um investimento público.

Qual foi a sacada do governo naquele momento? O governo demora a fazer investimento, então vamos fazer o quê? Vamos dar subsídios para a iniciativa privada, desonerar, colocar renda na mão dos empresários para eles fazerem os investimentos privados, porque eles são mais rápidos, mais ágeis, mais eficientes. De fato, até são mais ágeis, desde que queiram investir, mas as coisas não caminharam dessa forma. Foi uma aposta muito arriscada, com elevado custo e praticamente zero de retorno.

A economia desacelerou, chegamos a 2014 com um crescimento pouco abaixo de zero, ou seja, uma leve recessão, daí veio a situação de 2015, contaminada completamente pelo cenário político. A razão econômica e a razão política criaram uma bola de neve, e a economia brasileira mergulhou 3,8% em 2015. E este ano ela deve mergulhar 3,8% de novo para baixo.

Em um cenário como esse, é absolutamente impossível ter equilíbrio fiscal. A despesa pública não responde ao PIB, o governo tem de pa-

gar aposentados, servidores. Não muda nada porque a economia entra em crise, e às vezes até aumenta a necessidade de gasto, há mais desemprego. É preciso haver uma política para combater essa situação de crise econômica, mas a receita não cresce, pois acompanha, e de forma até mais aguda, o comportamento do PIB e da economia.

Vou fazer uma conta de padreiro. Se a economia mergulhou em 2015/2016 3,8% mais 3,8%, com uma menor queda, de 0,1%, em 2014, nós temos uma queda de 8%. Comparando com o cenário anterior, no qual a economia vinha crescendo a uma média de 3% ao ano, mesmo que ela ficasse mais ou menos parada, crescendo 1%, 2% ao ano, quanto cresceria depois de três anos? Dois por cento ao ano cresceriam 6%. Em vez de crescer 6%, 5%, ela caiu 8%. Estamos falando de uma diferença de mais de 10 pontos percentuais. São 10% a menos do que potencialmente poderíamos estar arrecadando. Isso é fruto da crise econômica. Como a carga tributária no Brasil é de cerca de R\$ 2 trilhões por ano, isso significa que tivemos uma perda decorrente da crise econômica de mais de R\$ 200 bilhões. Esse é o motivo da situação fiscal que vivemos, mas evidentemente há aí um componente estrutural mais antigo, que é esse ritmo mais acelerado que o PIB de crescimento da despesa.

É por isso que a política do novo governo, dos economistas liberais, é controlar o crescimento do gasto. A política que está na proposta do governo é de crescimento zero da despesa. É um choque muito forte a proposta que está sendo feita – eu até diria que ela tem um caráter um pouco de propaganda. Muito provavelmente não vão conseguir atingir esse objetivo, mas vamos começar por aí, como Henrique Meirelles anunciou. O plano A é cortar gastos; o plano B é privatização; e só no plano C, em última instância, é que vão aumentar impostos.

Toda política de ajuste é focada no andar de baixo. Em momento nenhum ela tem um mí-

nimo equilíbrio social, distribuição do ônus da crise, o que requereria alguma medida de ajuste focada no tipo de gasto que beneficia os mais ricos ou nas medidas tributárias.

Faltou aqui tempo para falar sobre a questão dos juros. Ninguém olha para essa conta de juros desse tamanho? O problema não é apenas o fato de que temos uma das maiores taxas de juros do mundo. As economias desenvolvidas com juros próximos de zero, e nós com juros de 14% ao ano, esse é um grande problema. Grande parte desses juros, dessa conta de juros, é derivada do que chamamos dos custos da política cambial brasileira. Por quê? Porque se trata de uma conta dos juros pagos menos os juros recebidos. O governo é devedor, tem uma dívida e sobre ela ele paga 14% ao ano em média, mas também tem os ativos. E o que recebemos por essa conta de ativos, desse dinheiro que na verdade estamos deixando debaixo do colchão? Ele rende em média 3%. O que são esses ativos? O Brasil possui US\$ 350 bilhões de reservas cambiais, algo como R\$ 1,3 trilhão. Essas reservas cambiais são importantes, pois é uma das coisas que protegem o país de crises cambiais. No momento de uma especulação, ter dólar guardado protege a economia.

No entanto, nós não acumulamos R\$ 350 bilhões por causa da criação desse seguro contra crises cambiais. Muitas economias têm US\$ 100 bilhões, US\$ 200 bilhões e já consideram suficiente. Nós acumulamos todos esses dólares pela política de governo de tentar evitar a maior apreciação do real, na época em que o real estava forte, porque isso prejudicaria demais os exportadores e a indústria.

O superávit primário, aquele de que falávamos no início, em vez de servir para pagar juros da dívida, foi fundamentalmente utilizado para adquirir dólares, reservas cambiais. Então, quando pagamos 14% sobre o volume de reservas cambiais de R\$ 1,3 trilhão, o custo disso é 3% do PIB, ou seja, R\$ 180 bilhões por ano.

No ano passado, essa conta chegou a 8% do PIB porque, no momento em que o dólar foi lá para cima, o governo não vendeu; poderia ter realizado lá em cima e transformado em reais. Em vez de fazer isso, o governo fez as chamadas operações de *swap* cambial, um verdadeiro cassino de apostas. Ele apostou que o dólar não ia disparar, não ia crescer muito, mas o dólar disparou, e ele perdeu a aposta, ou seja, perdeu cerca de R\$ 100 bilhões no ano passado.

Nós estamos discutindo aqui o orçamento, se economizamos R\$ 10 bilhões, R\$ 20 bilhões ou R\$ 30 bilhões, e os caras, brincando de política cambial, em um só ano dissiparam R\$ 100 bilhões. E praticamente ninguém fala disso. Algumas pessoas até escrevem, mas esse tipo de custo não está sob supervisão.

Não estou nem falando da questão dos juros dos rentistas, que é séria; estou falando de uma coisa elemental. Obrigado.

**FAGNANI:** Muito obrigado, Sérgio. Vou agora abrir a palavra para a plenária.

## QUESTÕES DA PLENÁRIA

**PAULO:** Existe muito resultado empírico dizendo que, se conseguirmos instalar a rede de atenção primária na saúde, os gastos dos sistemas de saúde diminuirão, inclusive na saúde suplementar e na saúde privada também. Eu até concordaria em fazer uma reforma casada na Previdência, desde que fosse intersetorial, casada com a política de saúde, por exemplo. Fazer uma política de contratar resultados de atenção primária, estruturar assistência de saúde, obter a estabilização da condição de saúde, aí sim, diminuindo a taxa de reposição da Previdência.

Não tem como fazer uma intersetorialidade para essa reforma da Previdência? Também gostaria que Gobetti falasse sobre a disponibilidade de caixa da União, só para explicar para o pessoal o que é.

**ANDRÉ:** Eu quero que o professor Gobetti aborde mais a relação da taxa de juros da Selic com a questão do câmbio. Fiquei bastante preocupado com a questão dos *swaps* e dessa política equivocada.

Acho que quase todos nós aqui somos contra a política econômica de Joaquim Levy, do banqueiro do Bradesco. Quanto a crise tem a ver com o cenário internacional, ou seja, a queda absurda dos preços da soja, petróleo, minério de ferro? Quanto tem a ver com essas decisões equivocadas de desonerações que o senhor tão bem explicou, com essas decisões de política fiscal?

No debate anterior se falou que a desoneração da indústria veio num momento em que a indústria não iria querer investir porque a economia estava péssima, ninguém estava comprando, e o empresário não é besta, não vai aumentar o parque produtivo.

**MARIA:** Meu nome é Maria Carolina Trevisan, sou repórter especial da revista *Brasileiros* e dos *Jornalistas Livres*. Eu queria saber do professor Fagnani e do professor Gobetti a opinião sobre o congelamento do teto de gastos. E de Sérgio Haddad e de Temporão eu gostaria de saber, nessa concepção do congelamento do teto, se voltássemos vinte anos atrás e o teto estivesse congelado, o que teria acontecido na educação e na saúde?

**NELSON:** Eu sou do *Esquerda Diário*. Estamos cobrindo este ciclo de debates e pretendemos cobrir os próximos. Tem sido muito bom, tem cumprido um bom papel. Parabéns!

O acúmulo dos debates, desde o debate anterior e o debate de hoje, aponta que essas medidas de austeridade são aplicadas desde o governo petista; o governo Dilma e o governo Lula praticaram medidas de austeridade não só com Joaquim Levy, mas também com Nelson Barbosa e outros.

Recentemente, para derrubar o impeachment, derrubar o golpe, Dilma prometeu manter Henrique Meirelles como ministro; ela está pretendendo fazer uma série de concessões para as políticas de austeridade.

A CUT tem 4 milhões de trabalhadores em sua base, e seria possível, por meio de mobilização popular, derrubar esse governo, que não tem nada a favor dos trabalhadores e da população.

Há exemplos recentes de tentativas de derrubar as políticas de austeridade por força de sindicalismo de base e greve etc. O governo Syriza, na Grécia, realizou um referendo que foi contra a política de austeridade, mas só serviu para desmoralizar a população que votou, porque não teve condições de manter as próprias posições.

O caminho da resistência não é a mobilização na base de trabalhadores especificamente, não simplesmente atos de rua, mas greve geral,

parar os meios de produção, promover a mobilização internacional, mobilizar outros partidos afins que fossem no mesmo sentido?

**PEDRO:** Boa noite! Meu nome é Pedro Bosardi e sou ex-aluno de Economia da UFRJ. Quero tratar do desvio de orçamento de forma indireta para o pagamento dos juros e da dívida pública. Precisamos de um debate mais profundo sobre como é instituída a taxa de juros no Brasil, a taxa Selic, mas eu queria saber sua opinião com relação ao tabu que existe em torno da auditoria pública da dívida. Gostaria de saber sua opinião sobre essa proposta que muitos colocam como de extrema esquerda. Muito obrigado.

**LUCAS:** Boa noite! Meu nome é Lucas e sou estudante de Economia da USP. Com o pré-sal se criou aquela imagem de que viria uma grande leva de recursos para investimento em educação e saúde. No Congresso, conseguiram aprovar que metade dos *royalties* do petróleo iria para a saúde e outra metade iria para a educação. Esse governo interino, auxiliado pelo não ilustre senador José Serra, parceria e mérito da Chevron, acabou com esse projeto. Eu gostaria de saber o que ele poderia realmente impactar positivamente para a saúde e a educação. É possível viabilizar um projeto de nação com esses recursos?

## RESPOSTAS DA MESA ÀS INTERVENÇÕES DA PLENÁRIA

**GOBETTI:** Há um pouco de mito por detrás dessa questão do pré-sal. A regra que existia era sobre uma parte do recurso de determinados barris de petróleo, que, em certas condições de exploração, seriam destinados para a saúde e a educação.

Os preços do petróleo, uma série de coisas, conspiraram contra essa possibilidade a curto prazo, mas talvez esta exista a médio e longo prazo. A confirmar essas reservas petrolíferas, poderemos, sim, ter uma fonte de receita importante que resolva parte desse problema estrutural.

Em relação à questão da Previdência e à questão da auditoria da dívida pública, é preciso enfrentar um conjunto de mitos. É um mito falar que a Previdência está equilibrada porque está no orçamento da seguridade, que é mais amplo.

Se formos fazer uma conta da situação hoje, até por causa da crise econômica, vamos ver que, se compararmos todas as receitas com todas as despesas da seguridade, essa conta já está negativa. Todas as contribuições – PIS, Cofins, ISSL – para financiar Previdência, saúde, assistência social, programas que não sejam previdenciários, estão caindo, e hoje essa conta já não está mais equilibrada. Os benefícios cresceram muito, essa despesa cresceu muito, mas o importante é ver o orçamento como um todo: todos os gastos, saúde, educação, investimento público, a questão dos juros, isso tudo tem de ser colocado. Precisamos fazer uma análise mais globalizada e menos formal.

Quanto à Previdência, mesmo com uma reforma que aumente a idade mínima, as projeções apontam que a despesa vai aumentar de 8% para pelo menos 12% do PIB até 2040. Isso tem a ver com o processo demográfico, com o aumento da quantidade de beneficiários. Mesmo que se restrinja salário mínimo e se façam cortes, a demanda de recursos vai crescer. Então há que encontrar outras fórmulas, outras saídas, do ponto de vista do financiamento da Previdência. Em relação à auditoria da dívida, eu acho que há uma coisa meio romântica nessa questão. Não existe um grande mistério para nós estarmos investigando, com era na época da ditadura e da dívida externa que os militares contraíram e se endividaram em dólares. Hoje a dinâmica da

dívida pública é uma ciranda de títulos públicos sobre os quais o governo fica pagando esses juros de 14%. Precisamos ter uma discussão na sociedade: quanto queremos pagar pelas coisas. Queremos pagar 3% do PIB por ano para dar um subsídio cambial para o exportador? A mesma coisa temos de fazer sobre o impacto nos juros dos subsídios do BNDES, que custam cerca de R\$ 40 bilhões, R\$ 50 bilhões na conta de juros. Há também o subsídio direto via orçamento. Para quem está indo esse dinheiro? Será que ele não teria um uso melhor?

Nós temos esse conflito distributivo sobre o qual eu falei no início. Esse debate econômico, as soluções econômicas ou técnicas, elas ficam atravessadas por esse componente político. É importante o domínio dessas questões técnicas e econômicas para poder enfrentar o debate mais municiado, com mais substância. Não são os mitos da esquerda que vão vencer os mitos da direita, eu acho que é de outra forma.

**HADDAD:** Eu toquei no tema da Escola sem Partido principalmente não só porque é um movimento que vem de antes e ganha presença pública e na mídia, mas também porque a primeira atitude do ministro Mendonça foi receber esse “grande educador”, o Alexandre Frota, junto com o Revoltados Online, representando a Escola sem Partido, em uma incrível atitude simbólica com relação a esse tipo de coisa.

Diferentemente do caso da saúde e da Previdência, a questão demográfica é uma oportunidade no caso da educação. Nós estamos tendo uma diminuição já faz sete ou oito anos no número de alunos nas escolas. Essa redução é uma oportunidade não só para ampliar o período de permanência das crianças na escola, mas também para abrir os espaços escolares para outros setores que não estão sendo atingidos, como a educação de jovens e adultos, e não uma oportunidade para fechar a escola, como está sendo feito aqui no estado de São Paulo.

Nós deveríamos pensar sobre a possibilidade de aumento do salário dos professores, aumentar o piso, num movimento contrário ao que vem ocorrendo ultimamente.

Em relação aos efeitos da PEC 241, um estudo da consultoria de orçamento e fiscalização financeira da Câmara dos Deputados fez uma análise retroativa que vai de 2010 a 2016 e mostra que em todos os anos a aplicação desse mecanismo reduziu os recursos. Ele demonstrou ano a ano quanto se perde do ponto de vista da aplicação.

Em relação a convencer a classe média, em todo debate sempre aparece a ideia de que todo mundo deveria colocar os filhos em escola pública, que, se os políticos fossem obrigados a colocar os filhos em escolas públicas, provavelmente eles tomariam consciência sobre a importância dos recursos para a educação e da melhoria do sistema.

Se acabássemos com a isenção de impostos das escolas confessionais, que atende basicamente às elites e às escolas comunitárias, criaríamos um impacto do ponto de vista da receita. Acabar com a possibilidade de descontar de seu imposto de renda aquilo que você gasta na escola privada mostraria a importância da escola pública. Essa renúncia fiscal gera um efeito sobre as classes média e alta, que confortavelmente colocam seus filhos nas escolas privadas e depois descontam do imposto de renda.

**TEMPORÃO:** Paulo, na questão da saúde e Previdência, pelo que eu entendi, você estava defendendo o que está na Constituição brasileira. Recuperar o orçamento da seguridade social e entendê-la como uma política integrada, isso recebeu um tiro na testa exatamente no início dos anos 1990. O então ministro da Previdência, Antônio Brito, ex-governador do Rio Grande do Sul, transferiu o Inamps da Previdência para a saúde no processo de unificação. Os recursos

da Previdência, que financiavam o Inamps, que todos esperavam que viessem a compor o orçamento do ministério, simplesmente foram retidos na Previdência.

O SUS já nasceu com a marca do subfinanciamento. Após 1988, essa situação se agravou e mudou a composição do gasto público. O governo federal gastava praticamente 75% dos gastos totais, e hoje o Ministério da Saúde participa com 40% a 45% dos gastos totais. Houve foi um grande crescimento das despesas dos municípios, dos estados, evidentemente, com impostos e uma nova realidade tributária fiscal criada a partir de 1988.

O Brasil é o país do mundo que tem o maior programa de atenção primária, o PSF, que hoje cobre metade da população. A proposta é que esse programa seja uma porta de entrada obrigatória para todos os brasileiros, independentemente de qualquer coisa, como é na Inglaterra.

Aqui no Brasil, se você acorda de manhã, acha que seu fígado não está legal e quer fazer uma ressonância, você pode fazer. Você marca uma consulta com seu médico e pede a ele, que possivelmente, para não se aporrinhar, vai lhe passar o pedido de exame, e você vai e faz. Você não tem um clínico altamente capacitado no exercício da clínica médica, que deveria ser o eixo de cada sistema de saúde, regulando o resto do sistema. Na verdade, aqui você tem o rabo abanando o cachorro, ou seja, as especialidades regulando o exercício do sistema.

Eu apresentei um plano, o Mais Saúde, que estava todo centrado na possibilidade de usar recursos adicionais da CPMF. Naquele momento, um pouco menos de 50% do que a CPMF arrecadava ia para a saúde, e eu defendia que fossem 100%, como um recurso adicional. Com isso, seria possível virar o jogo político na sociedade, que via a CPMF de uma maneira muito crítica pelo fato de os recursos terem sido desviados para outras finalidades.

Infelizmente, essa proposta vingou aos 48 minutos do segundo tempo, já na votação no Senado. Quando o presidente Lula mandou essa proposta, comprometendo-se a usar 100% da CPMF como recurso adicional na saúde, era tarde demais, pois já tínhamos perdido a luta política.

Foi realmente bastante dramático, porque havia toda uma proposta de ampliação do acesso, novos programas, novas políticas, incorporação de novas tecnologias, que ficaram inviabilizados.

Maria Carolina, se essa regra que está se propondo hoje vigesse nos últimos vinte anos, não teríamos o Programa Nacional de Imunizações, que é o maior do mundo e tem uma base de produção biotecnológica pública.

O Brasil é o único país do mundo que produz todas as vacinas que usa em seu programa de imunizações. Não teríamos o programa de aids, que é um dos mais respeitados, mas agora está perdendo espaço, com mil problemas; porém, até então era. Não seríamos o segundo maior país do mundo de transplante de órgãos como somos. Não teríamos os 100 milhões de brasileiros cobertos pelo PSF e o impacto dramático, dando só um exemplo, na redução da mortalidade infantil. Nós alcançamos três anos antes essa meta do milênio, que era colocar a mortalidade infantil abaixo de 15 para cada mil nascidos vivos. Hoje já estamos nos aproximando rapidamente a menos de dez na maior parte dos estados. Viveríamos uma situação de barbárie social, simplesmente.

Essa questão de a CUT estar na raiz de nossos problemas com o SUS é importante. Na retórica, o setor mais organizado dos trabalhadores, do operariado, apoia o SUS, mas na prática não o viabiliza. Os planos de saúde de empresas são o vetor de estruturação de um mercado privado de seguro coletivo que representa 85% do mercado privado no Brasil.

Na questão da partilha dos recursos do pré-sal, na primeira reunião ministerial, quando

se discutiu o que vamos fazer com essa riqueza sensacional que vai nos catapultar para um novo nirvana, um novo éden, a saúde nem estava aí. Eu levantei o dedo lá e falei: “Presidente, e a saúde?”. Era cultura, esporte, meio ambiente, educação, e a saúde acabou entrando.

Os recursos do pré-sal ajudariam com certeza, mas não resolveriam a questão do financiamento da saúde. Há um mundo ainda a ser discutido aqui que os outros países já superaram: por exemplo, explorar novas receitas sobre alimentos processados, fast-food, cigarro. Isso simplesmente não se discute.

Os ministérios do Planejamento e da Fazenda têm uma visão do SUS como um sistema perdulário, gastador e ineficiente. Eles veem a saúde como gasto, e toda tentativa de colocar essa questão não encontra espaço. A recomendação é que temos de gastar melhor o dinheiro. É aquela coisa do ministro que assume e diz que vai fazer mais com menos. Nós sabemos onde termina essa história.

**GOBETTI:** Se formos pensar na crise que estamos vivendo hoje, o componente político é responsável pela maior parte da queda do PIB, da deterioração das coisas.

Eu acho que a virada do grande empresariado no sentido de apoiar o impeachment ocorreu mais recentemente. Para o empresariado, para o capitalista, não interessa o ambiente de incerteza, de instabilidade. Quando eles veem que o governo não governa mais, aí tem de mudar.

A crise internacional não explica o início de nossa crise. Na crise internacional, o tombo do Brasil é maior do que o de outras economias, e isso acontece por erros que se cometeram. Pode haver coisas que sejam da própria estrutura da economia brasileira. Fala-se muito da produtividade; é uma economia que está perdendo produtividade velocemente. É difícil responder, mas teve grande impacto a crise internacional.

**FAGNANI:** O comércio internacional, que crescia 8% ao ano e passou a crescer 1,5% ao ano; o barril de petróleo, que custava US\$ 120 e passou a custar US\$ 30; sem falar que a crise internacional de 2008 não está resolvida – sua solução produziu uma bolha de ativos, ativos financeiros que estão pipocando a todo momento. Foram cometidos erros internos, mas a crise internacional certamente tem um papel na desaceleração da economia.

O Brasil teve um déficit primário de 0,6% do PIB em 2014, depois de quase quinze anos de superávit primário de 3% ao ano. Aí toda a mídia e todos os economistas liberais diziam que o país quebrou, acabou. Fui ver os dados. Considerando os dados do Banco Mundial de 2008 para cá, todos os países centrais têm déficit primário. Os Estados Unidos, -8%, -7%, -5%, desde 2008; a Índia, -5%, -4%, -3%; o Chile, em 2014, -2,4%; o Japão, -10%, -11%. Criticar um déficit primário de 0,6% do PIB é uma coisa absurda.

O grande erro, o maior de todos, foi que em 2014 Dilma ganhou a eleição e aplicou o programa do adversário – Joaquim Levy foi um dos caras que fizeram o programa de Aécio Neves. Eu escrevi em 2014 um artigo dizendo que havia dois projetos em disputa e, quando Dilma venceu a eleição, colocaram o projeto pior, que afundou a economia.

O país não estava em crise em 2014, mas mergulhou em uma recessão profunda em 2015 e 2016. O que é 3% do PIB em um quadro internacional pior? Há uma coisa de terrorismo econômico, de narrativa vencedora. De todos os erros que foram cometidos, de meu ponto de vista, o maior foi na comunicação, na disputa de ideias; não foram disputadas ideias.

A questão demográfica, de meu ponto de vista, não pode ser fatalista. Não dá para aceitar o terrorismo demográfico por diversas razões, mas principalmente porque existem alternativas. O fundo do petróleo é um expediente de que vários países produtores de petróleo lança-



ram mão. A Noruega tem um fundo do pré-sal dela para quê? Um x por cento dos *royalties* para financiar educação, saúde e a Previdência no futuro. Outra questão: tecnicamente, você tem alternativas. Dizem que antigamente você tinha vinte contribuintes para um aposentado; hoje são quatro; depois vão ser três, está caindo o número. Só que há quarenta anos, para produzir um automóvel, eram necessários trinta funcionários. Hoje se produz com dois funcionários que apertam um botão. Houve uma mudança na tecnologia, não houve um ganho de produtividade. Não é possível continuar financiando a Previdência apenas com a base salarial. Estou dando dois exemplos para mostrar que existem alternativas.

Todas as mudanças em sistemas previdenciários no mundo todo são para aperfeiçoá-los, não para destruí-los. Aqui o objetivo é captura de recurso.

Em 2016, pela primeira vez a seguridade social deixou de ser superavitária. Por quê? Primeiro porque a economia caiu, e uma das bases da seguridade social é o emprego, o salário, a massa salarial. Além de dois anos de redução do PIB de 3,5%, há a DRU, que tira por ano R\$ 60 bilhões da seguridade social e vai aumentar para R\$ 100 bilhões, porque a DRU passou de 20% para 30%. Há o déficit da Previdência rural, que é de R\$ 80 bilhões, mas, além disso, a seguridade deixou de arrecadar em 2015 R\$ 127 bilhões por conta de isenções fiscais. Mesmo assim, até 2015 a Previdência deu lucro!

Chegamos ao final de nosso debate. Quero agradecer a José Gomes Temporão, Sérgio Haddad, Sérgio Gobetti e a todos vocês. Esperamos contar com a presença de todos no próximo seminário, em agosto. Muito obrigado!

